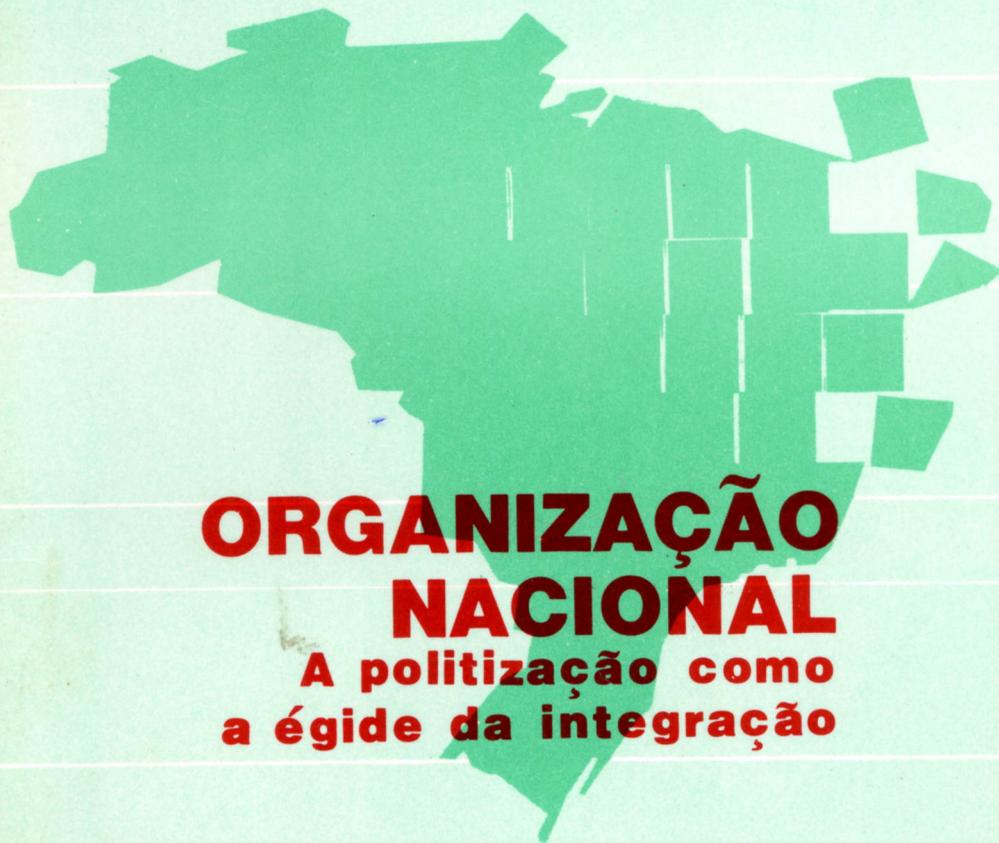


Universidade Estadual de Ponta Grossa



**ORGANIZAÇÃO
NACIONAL**
A politização como
a égide da integração

VITOLDO ANTONIO KOZLOWSKI JUNIOR

VITOLDO ANTONIO KOZLOWSKI JUNIOR

ORGANIZAÇÃO NACIONAL

**A politização como
a égide da integração**

*Trabalho apresentado na disciplina
de Estudo de Problemas Brasileiros I*

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Ponta Grossa - 1986

ORGANIZAÇÃO NACIONAL

A politização como
a égide da integração

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
Praça Santos Andrade
Fone: 24-3966 – DDD(0422)
Caixas Postais, 992 e 993 – CEP 84.010
Ponta Grossa - Estado do Paraná

AGRADECIMENTO

À Universidade Estadual de Ponta Grossa pela possibilidade de publicação do presente trabalho, num exemplo democrático de abertura a todas as ideias.

Às Prof.^{as} ~~Josephine~~ ^{Julia} ~~Cercal de Oliveira~~, último docente da Faculdade Estadual de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade Estadual de Ponta Grossa e atualmente professor da disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros I pela orientação na realização deste ensaio.

"A sub-nutrição cultural é a pior de todas as formas que afligem a humanidade . . ."

Faris Michael

*Aos primeiros universitários que
iluminaram o meu pensamento :*

MEUS PAIS

Profª Alice - Prof. Vitoldo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

PRO-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Praca Santos Andrade

Fone: 24-3566 - DDD(0422)

Caixas Postais, 992 e 993 - CEP 84.010

Ponta Grossa - Estado do Paraná

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO

INTRODUÇÃO	9
VESTÍGIOS COMPORTAMENTAIS DO BRASILEIRO	11
O DILEMA POR UMA DEFINIÇÃO	13
<i>À Universidade Estadual de Ponta Grossa pela possibilidade de publicação do presente trabalho, num exemplo democrático de abertura a todas as idéias.</i>	
.....	21
<i>Ao Prof. Joselfredo Cercal de Oliveira, último diretor da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa e atualmente professor da disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros I pela orientação na realização deste ensaio.</i>	
.....	31
.....	34
.....	37
CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
BIBLIOGRAFIA	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO	9
VESTÍGIOS COMPORTAMENTAIS DO BRASILEIRO	11
O DILEMA POR UMA DEFINIÇÃO	13
A ASCENSÃO DA GEOPOLÍTICA MILITAR	17
O RETROCESSO DO PENSAMENTO TRANSCENDENTAL	21
A BUROCRACIA COMO ESTRUTURA DO PODER	24
UNIVERSIDADE: CENTRO DE INTEGRAÇÃO	30
DESPOLITIZAÇÃO?	31
POR UMA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	34
A NOVA INSTITUCIONALIZAÇÃO ORGANIZACIONAL	37
CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
BIBLIOGRAFIA	46

INTRODUÇÃO

Promover o despertar do senso das responsabilidades políticas, significa estimular o indivíduo a reivindicar a cidadania no pleno gozo de seus direitos. Portanto, a politização revela uma nova opção para o sistema político, na medida que confere ao indivíduo o resgate de sua dignidade e de seus direitos espoliados, frente a exigência de suas aspirações. Como uma obra de apostolado cívico, a politização se constitui numa obrigação para com os próprios direitos humanos no momento que valoriza o ser humano, numa linha de ação que concorre para a conscientização do indivíduo do seu papel na sociedade.

A discussão dos princípios, dos fatores de poder, da apatia dos indivíduos na ordem circunstancial, faz parte da própria abertura política que visa definir os pressupostos para uma Assembléia Nacional Constituinte, verdadeiramente, liberal e participante que exigimos. Desta forma, procuramos realizar uma breve exposição sobre os fatos que concorrem e norteiam a vida dos indivíduos, tentando caracterizar os agentes que dificultam a ação na esfera institucional. Não foi nosso objetivo diluir o pensamento deste ensaio com um levantamento bibliográfico extenso, mas em contrapartida reforçar a postura por um posicionamento crítico através de diferentes expressões culturais.

Com a introdução da disciplina obrigatória de "Estudo de Problemas Brasileiros - EPB", a própria discussão assumiu um papel importantíssimo, visto que as diretrizes de seu programa, elaboradas fora da Universidade, a submetiam à doutrina de segurança do Estado. Entretanto, foi na cultura ímpar do professor da disciplina de EPBI, membro da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, que encontramos o espírito de transformação necessário ao desenvolvimento deste trabalho. Na realidade, este opúsculo sem conhecimento de causa começou a ser escrito vinte anos atrás pelo próprio professor, que nunca poderia imaginar que o trabalho seria levado a termo atualmente, pelo filho de seu ex-aluno naquela época. Consequentemente, ao transpormos os limites burocráticos administrativos resgatamos a essência da verdadeira transmissão de conhecimento de que pode fluir da Universidade. Muitas são as formas latentes que esperam a tradução não de uma ordem passada ou presente, mas a oportunidade de um momento para reafirmar num princípio crítico a transcendentalidade do conhecimen-

to. Por mais que as mudanças transcorram lentamente e muitos sejam os meios institucionais que a propiciam, não podemos nos esquecer que a instituição universitária está em constante transformação na proporção que a própria cultura se enriquece e se aprimora em função dos próprios indivíduos que ela forma. Nesta altura, torna-se imprescindível estabelecer a diferença entre uma organização e seu processo dinâmico de institucionalização até atingir uma forma instituída.

Se analisarmos estaticamente os elementos estruturais da sociedade, buscando determinar a sua Organização do lat. med. "organizãre, organizatiõnis", como um sistema técnico destinado a otimizar meios para atingir objetivos, implicaremos apenas em identificar o quadro de tensões do presente sem levar em consideração a dinâmica das estruturas, mesmo porque a Organização

é um ente conveniente, ideologicamente neutro, anódino, descartável, destituído de valor simbólico ou afetivo para os participantes e a sociedade. (Ao passo que) uma instituição, por seu turno, é a organização que transcendeu suas limitações, adquiriu relevância psicossocial para seus integrantes e para a sociedade: ou seja, criou laços de identidade não técnica, afetivos, passando a ser ideologicamente engajada, mobilizante e voltada para a sobrevivência, independente dos objetivos para que foi criada. Organizações e instituições constituem-se em estágios iniciais e terminais de um processo dinâmico de metamorfose de um dado sistema (. . .) de natureza muito complexa e denominado institucionalização organizacional. (38.4)

Desta maneira, o estudo de/para uma Organização Nacional é extremamente complexo, pois corresponde as particularidades das instituições já presentes, as transformações impostas pelo surgimento de novas instituições ou quando as antigas passam por processo de adequação a novas realidades impostas por fatores do poder ou grupos de pressão. No âmbito do conflito de interesses os fatores do poder determinam o poder sob uma visão global e portanto "a oposição de um fator de poder ao poder físico leva necessariamente a uma crise institucional." (50:17) Já a ação contestatória de um grupo de pressão leva apenas "a uma tensão no regime, sem que haja necessariamente uma crise", (50:17) em virtude dos grupos de pressão atuarem sobre o poder instituído episodicamente ou muitas vezes sob um ângulo setorial.

A velha e desgastada palavra gr. "tá politika", na sua forma atual portuguesa Política, estuda os fenômenos sociais, as instituições e suas interações visando "à formulação de princípios de organização e direção da Sociedade" (4:47). Consequentemente o nosso ensaio será puramente sócio-político, estudando as instituições numa projeção no tempo e espaço, justamente porque os grupos de pressão e os fatores do poder também "são variáveis no tempo, consoante a conjuntura(...) e que conforme estejam atuando (...) condicionam os Fundamentos (as bases estruturais do Poder Nacional - nossa organização p.p.d.: o Homem, a Terra e as Instituições), valorando-os ou depreciando-os" (20:87)

1. VESTÍGIOS COMPORTAMENTAIS DO BRASILEIRO

Em 1532 o humanista Diogo de Teive sugeriu ao rei português D. João III uma maneira para afastar a cobiça de nações estrangeiras pelas novas terras ocidentais descobertas por Cabral: "fixar colonos portugueses no solo brasileiro, dos quais nasceriam filhos brasileiros; promover o conúbio entre os indígenas e os imigrados portugueses, estimulando assim a multiplicação de mestiços; disseminar povoações de gente portuguesa, que fossem os arroteadores das terras e os seus defensores" (15:359), implantando assim as bases de uma sociedade integrada a metrópole.

Na realidade as comunidades brasileiras formadas durante a colonização se caracterizaram por "Improvisos Sociais" uma vez que os governos metropolitanos ou as camadas colonizadoras não transplantaram para as suas novas possessões a estrutura e organização da metrópole, mas implantaram o mesmo sistema de colonização utilizado nas ilhas de Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé.

Segundo o historiador português Costa Lôbo (apud 24:58-9), a congruência de fatos históricos de significada importância que se desenrolaram e se refletiram naquele período da história da península ibérica concorreram para diminuir o acervo populacional de Portugal, fazendo com que a maioria dos colonos portugueses que vieram para o Brasil corresponde-se a plebe da península, desejosos de fazer fortuna fácil, para depois voltar à Metrópole "ricos e honrados". Além disso, "também seguiram, em ocasiões repetidas, pessoas condenadas por delitos graves: a imigração no Brasil correspondia à comutação ou perdão da pena" (15:361).

Este quadro aparentemente teatral promoveu "a devassidão, a indisciplina e o viver desregrado, desenvolvendo em plena anarquia moral e social os germes da desmoralização e depravação de costumes trazidos da Metrópole já decadente" (24:60), caracterizando uma expressão cultural, dominante no Brasil até fins do século passado e que teve na improvisação a permuta de uma condição congenitamente assegurada no comportamento do povo brasileiro, representado pelo tradicional "jeitinho brasileiro".

"Não se tratava, com efeito, de reprodução das condições européias do momento, mas de um recuo, de uma restauração contraditória e anacrônica" (48:266), cujos aspectos principalmente sociológicos e psicológicos se amalgamaram as bases de nossas instituições. Segundo Viana Moog, esta expressão cultural o Mazombismo¹ consistia

na ausência de determinação e satisfação de ser brasileiro, na ausência de gosto por qualquer tipo de atividade orgânica, na carência de iniciativa e inventividade, na falta de crença na possibilidade de aperfeiçoamento moral do homem, em descaço por tudo quanto não fosse fortuna rápida, e, sobretudo, na falta de um ideal coletivo, na quase total ausência de sentimento de pertencer o indivíduo ao lugar e à comunidade em que vivia. (48:265)

O esboço da sociedade que se desenvolvia, mesclando a cultura indígena com as aspirações e modelos portugueses desmoralizados pelo processo de mudança revolucionária na Europa, sofria ao mesmo tempo, a ordem "exploradora" imposta do centro para a periferia durante o Império, que se beneficiava com a imobilidade social e era caracterizada pela "burocracia para coleta de impostos e controle do comércio exterior, (e pela organização) na base medieval de feudos territoriais e incipiente corporativismo urbano" (48:288). Assim, neste ambiente escravagista de limitação de oportunidades "...nenhuma instituição na vida brasileira existia para desenvolver o senso de responsabilidade mas apenas o do mando discricionário por parte da autoridade e o da obediência, dependência e passividade por parte do mandado." (48:288)

Antes da abolição a escravidão enobrecia o ócio e estimulava o parasitismo na sociedade; com a lei Aurea incorporamos o ex-escravo (mutilado e violentado por três séculos de escravidão) que com seu entorpecimento e seu baixo nível de renda representou um fator de passividade psicossocial na sociedade do início do Brasil republicano.

Acentuou-se assim, uma enorme desigualdade entre a cultura da classe dirigida, de nível extremamente baixo, e a da classe dirigente, composta de uma elite aristocrática forjada pela instrução num sistema plutocrático. Esta situação transpassa o tempo e pode ser verificada na sociedade brasileira atual, recobrando-se de grande importância, no momento em que os indivíduos ao reconhecerem o seu grau de ocupação e instrução, são obrigados em função de suas limitações a garantir sua sobrevivência através da produção de recursos, que ao absorver seu tempo impedem os homens de adquirir a informação necessária à efetiva participação. Consequentemente, estabelece-se uma clara desvantagem para as classes inferiores em função do reconhecimento de que "...uma hora de seu tempo dedicada à participação política não terá tanto efeito quanto uma hora de outros em condições mais vantajosas. Essas pessoas sabem disso, e daí ficam apáticas. A desigualdade social cria assim apatia política." (23:91)

Embora, predominando a tradicional tendência literária e retórica do modelo europeu, ao findar a monarquia apareceriam, contudo, os primeiros traços de uma "cultura brasileira", reflexiva e nacionalista. Mesmo no Brasil Republicano ainda perdurariam fórmulas culturais baseadas em modelos estrangeiros e somente na década de 20 uma reação surgiria "contra a inautenticidade da cultura brasileira."

¹ Tem sua origem na palavra Mazombo que consiste numa "designação pejorativa aplicada aos indivíduos nascidos no Brasil, de pais estrangeiros, especialmente aos filhos de portugueses. O mazombo, analisado por Viana Moog, tornou-se um tipo social, do Brasil colonial, caracterizado pelo seu pernosticismo e pela sua instabilidade emocional." (3:385)

2. O DILEMA POR UMA DEFINIÇÃO

A grande transitoriedade dos partidos políticos brasileiros impediu a consolidação da ação política na consciência dos segmentos da população, caracterizando os agrupamentos políticos em função de interesses frente a determinada situação político conjuntural, que esteve presente em determinado momento na história da vida nacional. "Os partidos políticos (...) no Brasil, nunca puderam representar o papel de agentes de formação (...) porque foram sempre agrupamentos constituídos para a satisfação de ambições pessoais e não para a realização de interesses coletivos e públicos -isto é, relativos ao bem comum." (51:161)

Desde a década de trinta do século passado, durante o Período Regencial, os primeiros partidos políticos (Conservador e Liberal) representavam a classe dominante da época, formada pelos grandes proprietários de terra. Esta condição oligárquica perpetuou-se na história dos partidos políticos brasileiros concorrendo para o cerceamento da liberdade de expressão da classe majoritária.

Mesmo com a república e a descentralização e regionalização do poder, não se eliminou a oligarquia², pelo contrário, estimulou a política do feudo, através da figura do "coronel" promovendo o desenvolvimento de oligarquias locais

muito poderosas e que, de certa forma, explicam "o fato de que a Velha República (1889-1930) teria sido marcada pelos PRs (Partidos Republicanos) Regionais. Nesse período não havia um partido republicano organizado do nível nacional até o nível local, mas vários partidos republicanos com programas próprios" (37:14), baseados na atividade econômica de cada estado, como plantio de café e criação de gado, numa ordem política circunstancial, conveniente aos dirigentes locais. Durante este período "os coronéis manobravam as eleições e a apuração dos votos, o que trazia como resultado a falsidade da representação popular" (16:292), acentuando segundo Torres: "o desânimo e a descrença de um povo, para quem a vida pública não é senão uma crônica de anedotas pessoais e de audácias, escândalos e imoralidades, (...) onde (...) o povo não tem opinião, o cidadão não tem voto, os espíritos não têm idéias e as vontades não sabem mover-se." (49:44)

Com Vargas, centralizou-se as funções, dissolvendo-se os PRs que significavam focos disfuncionais de poder, ao mesmo tempo que instilava-se na massa a negação dos métodos e dos processos políticos tradicionais, enquanto o poder corrompia ou afastava as poucas lideranças autênticas. Com o fim do Estado Novo, o Brasil ingressou num período conhecido e proclamado como "Redemocratização". "Em verdade o termo redemocratização é pouco correto do ponto de vista histórico, pois mesmo na época as diferentes correntes de opinião reconheciam as limitações dos regimes liberais anteriores, ou seja, democráticos na forma, mas oligárquicos na realidade." (14:10)

A multiplicidade dos partidos não deixou de corresponder a grupos de interesses das classes dominantes, sendo importante salientar que os três grandes partidos do período, o PSD, a UDN e o PTB que representavam aproximadamente 65% dos votos, estavam centrados na figura carismática de Getúlio Vargas.

O Partido Social Democrático (PSD) foi criado por Vargas "com base na máquina administrativa montada pelo Estado Novo" (37:15) recolhendo "a maior parte dos políticos que, na chamada República Velha, militaram nos partidos republicanos estaduais." (6:241) o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) também foi criado por Vargas, "através do qual pretendia disputar a preferência eleitoral das massas urbanas com o Partido Comunista" (37:15), enquanto na União Democrática Nacional (UDN) reuniam-se os seus opositores.

Nas eleições de 1950 este comportamento dos partidos pode ser verificado, conforme constatamos em Salgado: "Tudo fazia crer que o vencedor seria Cristiano, dadas as enormes possibilidades do PSD, mas dentro desse partido havia saudosistas da Ditadura, que somaram seus contingentes com os partidários ostensivos de Vargas, que foi eleito." (43:205) Posteriormente, segundo Gurgel,

foram copiosas as demonstrações de ausência de espírito público, dadas pelos legisladores, para o cumprimento da superior tarefa que lhes era cometida. (...) A maioria das agremiações, puramente artificiais, de existência episódica e circunscrita a meros interesses ocasionais de pequenos grupos, já nada mais representava, senão instrumento hábil à negociação de vantagens ou posições para os detentores das legendas, quando essas lograssem alcançar Cadeiras nos Legislativos. (20:16-20)

Neste ambiente conturbado da vida política nacional onde as lideranças civis iam-se tornando inautênticas, a Escola Superior de Guerra em contrapartida "... estendia sua influência e seus métodos, sobretudo os de análise e de planejamento, a elites civis que a frequentavam e que iriam difundir os conhecimentos adquiridos" (50: 134-5) num papel importante na política do país.

Com João Goulart, o maior nome nacional do PTB depois da liderança de Vargas, desencadeou-se uma forte oposição política pelos líderes da UDN anti-getulista, que ao longo de sua existência, sistematicamente derrotados nas urnas "e sem penetração popular, recorriam à intervenção dos militares para salvar a democracia (e tomar o poder). No golpe de 31 de março de 1964, no plano civil, teve a UDN importante papel," (14:10) pois temendo as represálias pela contestação do regime que seria imposto no país, coligou os seus interesses com os dos militares, dando o respaldo político necessário a implantação do novo sistema, com a formação do que viria a ser, posteriormente, o partido da situação. Assim, "o governo Castello Branco, que extinguiu os partidos, tinha em seu próprio ministério alguns dos fundadores daquelas agremiações, e dizem os cronistas, segundo Valle, que um parlamentar em Brasília pôs luto pela morte da UDN!" (50: 100)

Os inúmeros fatos sucessivos que ocorreram na época, culminaram por levar ao poder os militares que já em 1959, viam "o problema de nossa organização (...) equacionar-se globalmente, em função da Segurança Nacional (...) condicionando) toda a atividade do Estado, como agente de realização das aspirações e interesses nacionais" (47:8-10); com isso, extinguíram-se os partidos, criando-se com o ato complementar nº 4 dois partidos divididos em função do apoio (ARENA) e da negação da revolução (MDB).

A ARENA criada para preservar os interesses da Revolução, servindo como instrumento para institucionalizar e alargar a aceitação popular dos ideais revolucionários, tinha sua origem claramente udenista³ enquanto o MDB se constituía dentro da sua ilegitimidade (pelo fato de ter sido criado pelo próprio governo, por meio de um ato complementar), como uma oposição consentida, tendo de aceitar as regras de um jogo que lhe foi imposto. Desta maneira, uma vez mais, a autenticidade dos partidos não correspondia as aspirações da vida nacional, marginalizando o comportamento da coletividade e consequentemente não assegurando uma verdadeira vida política.

No entanto, gradativamente, as forças de oposição perceberam que o MDB embora fosse um espúrio era o único canal de que dispunham para fazer frente ao sistema. Conscientes disso, empenharam-se às campanhas, que culminaram em sucessivas vitórias eleitorais, levando paulatinamente o MDB a se firmar como um grande partido de oposição. Com a "Abertura Política" o MDB se fracionou originando o PMDB, o PTB, o PT e posteriormente o PDT, enquanto a ARENA originou o PDS e de forma muito limitada o PP que seria incorporado pelo PMDB. A emenda constitucional nº 11 foi desta maneira extremamente eficaz para o regime que associando o Pacote Eleitoral de novembro de 1981, que, entre outras coisas, estabelecia a vinculação partidária dos votos, garantiu para o Governo em 1982, um resultado eleitoral que lhe assegurou, como não era possível maioria absoluta, maioria relativa no Congresso Nacional e, em parte significa-

tiva, dos legislativos Estaduais e Municipais.

“Embora os dispositivos criados pelo regime tenham lhe possibilitado o que era mais importante, tendo em vista a formação do Colégio Eleitoral para a próxima escolha presidencial, a oposição, obteve nas eleições de 1982, um grande triunfo ao conquistar o Poder Executivo na maioria dos Estados economicamente mais importantes da Federação” (37:15), o que modificaria sensivelmente o comportamento político da vida nacional.

Numa reflexão dos nossos partidos políticos atuais observaremos que eles são ainda bastante frágeis comportando-se como

frentes reais de agrupamentos diversificados, alguns deles até mesmo colidentes entre si, e que se acomodam em legendas que trazem uma característica geral sob o signo da recuperação da normalidade democrática. (. . .) A fragilidade dos partidos advém do seu mau uso, da sua origem escusa, muitas vezes, da sua organização profissional em proveito de grupos e da característica exclusivamente parlamentar de sua atividade, de tal forma que o normal é a vida partidária da época eleitoral e a omissão durante os interstícios dos pleitos. (32:3)

Além disso, devemos considerar que os nossos partidos são joviais e não estão ainda suficientemente estruturados para lhes assegurar unidade e definição político-doutrinária, mesmo porque, a participação política do povo brasileiro é limitada pela percepção de uma área restrita aos políticos. Segundo Torres

no nível geral da sociedade, e com respeito às formas superiores do espírito, o diletantismo, a superficialidade, a dialética, o floreio da linguagem, o gosto por frases ornamentais, por conceitos consagrados pela notoriedade ou pelo único prestígio da autoridade, substitui a ambição de formar a consciência mental para dirigir a conduta. O aplauso e a aprovação, as satisfações da vaidade e do amor-próprio, fazem toda a ambição dos espíritos; atingir a verdade, ser capaz de uma solução, formar a mente e o caráter para resolver e para agir, são coisas alheias a nossos estímulos. (49:15-6)

2 “ . . . as diversas tendências à descentralização, apesar de aptas a impedir a formação de uma oligarquia gigantesca, não afetam o princípio da oligarquia com tal: elas têm apenas o efeito de criar uma grande número de oligarquias menores, cada uma delas não menos poderosa em sua limitada esfera de ação.” (30:114)

3 Ao constituírem-se os partidos, o quadro dos deputados ficou definido com a ARENA recebendo 83 udenistas, 67 pessedistas, 38 trabalhistas, 22 pessepistas e 12 democratas cristãos. Para o MDB, vieram 73 deputados do PTB, 40 do PSD, apenas 6 da UDN e 6 do PDC. Os senadores distribuíram-se na ARENA com 16 da UDN, 15 do PSD e apenas 4 do PTB, enquanto o MDB formou-se com 13 senadores trabalhistas, 5 pessedistas e apenas 1 udenista. (12:319)

3. A ASCENÇÃO DA GEOPOLÍTICA MILITAR

A transoceanização da política norte-americana procurando assegurar a sua condição de potência hegemônica no mundo ocidental influenciou institucionalmente através de convênios e acordos bilaterais⁴, e a nível direto nos campos de batalha da 2ª Guerra Mundial, as elites militares brasileiras. O impacto político da Guerra Fria que se fazia presente em torno de todos os conflitos internacionais, aliado a superioridade no mundo ocidental dos Estados Unidos, levou os "árbitros da política brasileira" a uma proposta de elaboração de uma "doutrina que articulasse os objetivos nacionais do Brasil com os objetivos estratégicos dos Estados Unidos (...) a partir do momento em que o Brasil, ao romper relações com os países do Eixo e ao enviar tropas para lutar na Europa" (5:20-1), assumia o papel de aliado privilegiado na política ocidental, mantendo uma retaguarda assegurada pelas posições estratégicas do território brasileiro no fortalecimento da solidariedade continental.

A desinteligência lavrada entre poderosos Estados-Nações, que arrastou para o conflito mais da metade do globo, impôs "às organizações nacionais uma revisão dos comportamentos (e tendências) internas e externas" (20:27), preparando as instituições para novas contingências e procurando estabelecer uma ordem institucional através do desenvolvimento racional dos meios de produção, evitando-se a instabilidade dos sistemas, que sendo potencialmente geradores de crises, poderiam extrapolar o âmbito interno deflagrando novas situações.

Este quadro já identificado na França pelo almirante Castex no período entre-guerras, propiciou a fundação em 1936 naquele país, de uma instituição voltada ao estudo dos problemas de organização e coordenação de todas as atividades que interessassem à Defesa Nacional "englobando não somente o tempo do conflito armado, mas, igualmente, os períodos de tensão, e abrangendo, "una e indivisível", tanto os aspectos puramente militares, como os aspectos políticos, sociais e científicos." (20:29)

A influência da ESG (Escola Superior de Guerra) francesa nos Estados Unidos se fez sentir com a criação do "National War College" em 1946, que procurou identificar a conjuntura mundial dividida agora nos antagonismos entre o Oriente e o Ocidente, fruto das duas grandes superpotências que emergiram da conflagração mundial. No nosso país a Lei do Ensino Militar criou em 1942 um curso de Alto Comando que hibernou até 1948 quando "os militares brasileiros aceitaram como coisa de interesse próprio o sistema de poder da nação hegemônica e, ao fazê-lo, passaram a absorver sua ideologia de segurança nacional, incorpo-

rando-a à visão estratégica de seu próprio Estado sob a forma de segurança hemisférica." (5:21)

A convivência da Força Expedicionária Brasileira, no campo de batalha da Europa com as forças aliadas e a visita empreendida por oficiais superiores aos Estados Unidos, onde observaram um elevado índice de organização e prosperidade em contraste com a estagnação de que provinham, desenhou no pensamento militar a possibilidade convicta de um planejamento ativo e deliberado como a "única forma de romper as amarras que prendiam nosso País aos percalços do subdesenvolvimento." (20:30)

A afirmativa esclarecedora é do primeiro comandante da ESG, Gen. Cordeiro de Farias:

O impacto da FEB foi tal que voltamos ao Brasil procurando por modelos de governo que funcionassem: ordem, planejamento, finanças racionais. Nós não encontramos este modelo no Brasil naquele estágio, mas decidimos procurar meios para encontrar o caminho no longo prazo. A ESG era um meio pra isto e a ESG brotou da experiência da FEB. (40:21)

Informação essa, confirmada pelo Gen. Golbery do Couto e Silva, em entrevista a Alfred Stepan:

A atitude dos membros da FEB foi importante para abrir o país ao investimento estrangeiro, porque eles temiam menos aos Estados Unidos. Os membros da FEB desejavam um desenvolvimento muito rápido para o Brasil. A FEB não foi importante só pela ida à Itália. Possivelmente ainda mais importante foi a visita dos membros da FEB aos Estados Unidos, onde viram em primeira mão uma grande potência democrática e industrial. Foi uma abertura de horizontes. Eu fui e foi um grande impacto: para mim ficou perfeitamente claro que um país em regime de livre empresa tinha sido bem sucedido em criar uma grande potência industrial (40:21)

Com o auxílio de uma missão militar norte-americana que aqui permaneceu durante 12 anos, a ESG estudou a organização e os métodos da "National War College", implementando dentro da nossa realidade, uma doutrina de Segurança Nacional em função de estudos desenvolvidos por elites civis e militares sobre o comportamento político, econômico, social e militar do país. Segundo o Gen. Lyra Tavares

A grande benemerência da Escola Superior de Guerra está em que de nenhum outro modo mais adequado seria possível realizar, tanto no campo de estudo, como, até mesmo, no das relações humanas, esta obra de integração e de intercâmbio livre de idéias, dos que lidam em setores diferentes da organização nacional, com questões que se entrosam e se intercomunicam para a mesma finalidade principal a que todos elas se subordinam: a da adequação recíproca do poder e dos objetivos da Nação, tendo em conta os condicionamentos que devem intervir na sua Política de Segurança. (2 xii)

A verdade é que com a ESG o discurso geopolítico, recobrou seu espaço incorporando-se à doutrina com a função de decifrar as linhas mestras do destino da nação, fornecendo os elementos científicos para a determinação dos objetivos nacionais permanentes, assumindo conseqüentemente "um papel relevante como núcleo doutrinário fundamental de uma proposta de 'poder nacional' (que serviu) de fundamento e de guia para a ação dos governos militares pós-1964." (5:20)

A aplicação da Geopolítica⁵ no campo interno implicou numa perspectiva de integração e valorização do território nacional reencarnando os valores geopolíticos levantados pelo espírito do bandeirismo colonial e mais recentemente pelo "Rondonismo" dando-lhe um sentido moderno.⁶ No campo externo, a geopolítica articulou os objetivos nacionais com os determinantes estruturais de ordem internacional, introduzindo a dimensão hemisférica, pela posição estratégica e de grande responsabilidade geopolítica da projeção continental brasileira dentro do contexto da Guerra Fria, como retaguarda vital do mundo ocidental. A importância para a política hegemônica norte-americana do Nordeste e do estuário amazônico, pela proximidade com o continente africano bem como a presença de materiais estratégicos⁷, levou-nos a se enquadrar no processo de alinhamento das nações periféricas.

No momento que assumimos a responsabilidade de nossa posição estratégica tomamos consciência de nosso poder e embora o Brasil estivesse

disposto a ceder o uso de parte de seu território em 'defesa da civilização cristã contra o imperialismo comunista de origem exótica', por outro esperava que lhe fosse assegurado o monopólio do domínio do Atlântico Sul (...) através da obtenção das facilidades e recursos necessários para a execução da missão que lhe era destinada. O Brasil exigia, portanto, uma política de 'mãos livres' no continente ocidental, à sombra protetora da grande nação norte-americana. (5:24)

Assim, a partir do quadro do conflito global Leste-Oeste estabeleceu-se uma estratégia geral definida, essencialmente, "em função da luta anticomunista que, nos anos cinquenta, tomou a forma ideológica da solidariedade continental e, nos anos pós-64, quando o comunismo foi considerado a maior ameaça à segurança nacional na frente interna, a forma concreta de uma política de exclusão e aniquilamento dos setores considerados subversivos." (5:22)

A incubação da doutrina de segurança nacional na década de 50 na ESG levaria os militares ao poder em 64, na crista de acontecimentos de inusitada repercussão, modificando radicalmente os processos constitucionais protagonizadores. Sem o apoio das massas para legitimar-se, o regime militar monopolizou o poder, abrindo um período de repressão onde pudesse ser implantado um modelo político fundamentado no desempenho da economia e na racionalidade da administração pública. Com a castração da atividade política, a legitimidade do regime militar se resumiu na condução da economia, visando a expansão e a eficiência num padrão de desenvolvimento capitalista, baseado na estrutura americana e que

se refletiu em uma profícua legislação em todos os segmentos da sociedade.

- 4 Em janeiro de 1942, na 3ª Conferência de Chanceleres Americanos no Rio de Janeiro, o Brasil defendeu a política continental de apoio aos Estados Unidos. Em março, pelos acordos de Washington, foram cedidos vários pontos do nordeste do país para servirem de bases navais e aéreas aos norte-americanos. Em 1943, o presidente Franklin Roosevelt visitava Natal (RN) e no mesmo ano na Conferência de Chapultepec era aprovada uma resolução visando a consolidação do Sistema Militar Interamericano através da criação de um organismo multilateral militar permanente que garantisse a segurança hemisférica e o controle do Atlântico e do Pacífico. Durante o governo do Gen. Dutra, os presidentes Eisenhower e Truman visitaram o Brasil, foram assinados acordos como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947 e foi criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento; em 1948, o presidente Dutra visitava os Estados Unidos.
- 5 "A Geopolítica é a ciência das relações da terra com os processos políticos(...)proporciona as armas para a ação política e diretrizes para a vida política em seu conjunto (convertendo-se na) arte de guiar a política prática (...) pela consciência geográfica do Estado." (10:22-3)
- 6 "O Exército, vigiando e vivificando as fronteiras(...) e agora lançando-se decisivamente às missões de apoio ao desenvolvimento por meio da tarefa admirável dos Batalhões de Engenharia de Construção." (27:66)
- 7 O Brasil possui cerca de 80% das reservas mundiais de Nióbio que "... transformou-se em material estratégico devido às suas características criogênicas e de alta resistência aos ácidos fortes"(36:4) o que permite utilizá-lo na indústria química, aero-espacial e de reatores atômicos, como metal de estrutura e componente de ligas. Como exemplo, temos também, o Tório que é matéria-prima para a produção do U-233 fissionável em cadeia, cujas principais reservas são os bancos de areias "monazíticas". A exploração das areias pode ser realizada mesmo em teores baixos como 0,05% desse elemento; a monazita em território brasileiro que é um fosfato de terras raras, contém geralmente 5 a 8% de Tório, com os depósitos mais importantes em todo o mundo nos estados do RJ, ES e BA. (39:36 e 89)

4. O RETROCESSO DO PENSAMENTO TRANSCENDENTAL

Em 1978, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras promoveu um Seminário sobre o "Sistema Universitário e a Sociedade Brasileira", reunindo docentes e especialistas de diferentes contextos organizacionais e vinculados, direta ou indiretamente, à problemática do ensino superior, procurando diagnosticar a configuração atual do sistema educacional universitário. Os temas abordados despertaram nos participantes uma preocupação em "examinar as limitações que se apresentam à autonomia, à criatividade, à liberdade de cátedra e ao desenvolvimento do pensamento dentro da Universidade," (13: 15) uma vez que cabe à Universidade "o papel seminal de examinar criticamente o universo físico, o homem e a sociedade, descobrindo aquelas leis ou regras de comportamento que uma vez apropriadas pela comunidade, venham a responder às aspirações humanas". (35: 57-58)

Se nos reportarmos às páginas recentes da história da universidade brasileira, observaremos um refluxo do pensamento criativo e crítico, no âmago de nossa educação superior, não permitindo a institucionalização de uma verdadeira universidade. Esta dificuldade reside na manutenção de uma tradição universitária inautêntica, baseada na reunião nominal de faculdades e na promoção das escolas de profissionais liberais.

Com a reunião das escolas de Medicina, Engenharia e Direito em universidade, na década de 20 e posteriormente a idéia de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 30 concebendo a universidade como um centro de estudos integrados dados em cooperação por várias escolas, tendo a Filosofia como a escola central, criou-se uma situação anacrônica, devido a nossa tradição antiuniversitária que vinha do Império com a escola superior isolada e aristocrática, destinada à cultura superior nas profissões liberais. Além dessa situação, a universidade que ora se formava recebia o impacto da mutação operada nas escolas superiores européias no século XIX com a introdução da ciência experimental, que veio à lume paralelamente a grande efervescência criativa e intelectual da década de 30. "Os anos 30 foram um período de grande abertura no Brasil(...) rompeu-se a barreira da velha República, abriu-se o país para o exterior. A quantidade de livros que se publicou na época foi enorme, e a quantidade de autores novos que surgiu foi grande. Foi a época dos grandes romances brasileiros"(121), do desenvolvimento da imprensa, da multiplicação das livrarias e bibliotecas, do rádio se firmar como um veículo de comunicação de massa e etc.

O movimento de re-novação modernista que se fez sentir em todas as expressões da cultura brasileira a partir da Semana da Arte Moderna em 1922, rea-

cedeu as ideias jesuíticas do século XVI em torno do ensino superior trazendo na crista da onda cultural, que se prolongou pelas décadas seguintes, o grande debate sobre/na universidade brasileira. Mesmo com a rígida censura imposta a imprensa pela ditadura, "uma nova posição intelectual nascia no Brasil em relação aos problemas gerais da cultura e aos problemas imediatos da vida brasileira"⁸ (24:418) exigindo um contínuo aprimoramento do sistema organizacional das instituições superiores, o que resultaria em experiências valiosas na década de 60. A título de exemplo.

podemos mencionar a experiência de autogestão pedagógica realizada em São José do Rio Preto - SP. Visando relacionar o problema da aprendizagem significativa e a motivação por parte dos alunos, a experiência baseou-se na participação destes últimos numa integração pedagógica vertical e horizontal. Comissões mistas de professores e alunos estabeleciam os programas e o sistema de avaliação de uns e outros em igualdade de condições. Participando nos colegiados com voz e voto, os alunos se pronunciavam também sobre a contratação de re-contratação(sic) de professores. A participação total de professores e alunos os reponsabilizava a todos relativamente à qualidade da experiência pedagógica. O resultado foi um outro tipo de professor e aluno, mais estudiosos, críticos e criativos visando a uma real excelência acadêmica, eliminando a competição e ajudando os que encontravam maiores dificuldades. (13:127-128)

Uma outra experiência inovadora foi a da Universidade de Fortaleza. Ao insistir na aquisição do raciocínio científico e procedendo pelo método de solução dos problemas, a Universidade de Fortaleza "conseguiu maior produtividade interna, obtendo um produto final avaliado a partir de objetivos inicialmente estabelecidos." (13:128). Este aperfeiçoamento da instituição superior, contrariamente as lutas de interesse na pauta política daquele período (vide cap. 2), não se restringiu apenas a uma tomada de posição frente a administração, mas também se refletiu em seus mais variados segmentos culturais buscando-se identificar a educação como agente de organização na sociedade. A grande aspiração, por exemplo, do sociólogo Florestan Fernandes

era que a sociologia se transformasse em uma ciência empírica, em uma ciência capaz de explorar a pesquisa empírica, sistemática, e, ao mesmo tempo, capaz de construir teorias, principalmente válidas para um país do tipo do Brasil e com vistas à aplicação em uma relação política com a realidade. (. . .) No momento em que atingíamos um certo pico de maturidade, de organização e de possibilidades, no início da década de 60, nós já tínhamos um projeto que reunia várias investigações em curso sobre a sociologia brasileira, chamado 'Economia e sociedade no Brasil', (. . .) a 'discussão entre a sociologia diferencial, ou histórica, e a sociologia empírica, ou descritiva, (atin-

gia) um nível de relação com aquilo que nós poderíamos fazer, com nosso papel dentro da sociedade brasileira ao nível da universidade, ao nível da ciência e ao nível da relação de todos os programas sociais do país. (41:80-3)

Com o movimento militar de 1964 e a implantação de um novo regime, baseado na Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida na Escola Superior de Guerra, a vida cultural brasileira entrou em colapso pela imposição de um novo sistema o que provocou o refluxo do pensamento até então cultivado. Segundo as palavras do Dr. Haity Moussatché:

o que houve de grave naquela ocasião não foi a nossa cassação, o nosso afastamento. Mal ou bem, nós continuamos, seja em outros países que nos acolheram, seja mesmo em outras instituições no Brasil. O grave foi o fechamento de nossos laboratórios, a dispersão dos estudantes, a destruição de décadas de trabalho paciente de construção e formação de pessoal. (22:66-7)

A aposentadoria compulsória de professores, a repressão do movimento estudantil, a mudança da legislação pertinente à representação discente, as restrições à liberdade acadêmica, a perda de autonomia e a nítida fragmentação da universidade, sufocaram as experiências criativas concorrendo para afastá-la da discussão dos problemas nacionais.

Através de uma prolífera legislação de ensino, a universidade implantou uma modernização techno-burocrática que reforçou a estrutura de poder mais conservadora no sistema, dando maiores condições para a reprodução de suas próprias estruturas autoritárias. "O avanço dos tecnocratas da educação contou, de um lado, com o pacto de pedagogos que evitaram assim seu próprio ocaso e, de outro, com a aliança de significativos setores mais conservadores, da própria universidade que evitaram desse modo a ascensão das formas renovadoras." (13: 120) Todo esse processo acabou caracterizando uma política educacional voltada para o "... enquadramento da universidade numa perspectiva que enfatiza o ensino em detrimento da prática de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, transformando-a, sobretudo, em agência de treinamento" (13: 120), alienada dos problemas sociais e voltada para uma visão limitada dentro da fragmentação do conhecimento, que impede o desenvolvimento do conceito da educação permanente em sua massa egressa.

⁸ Em entrevista a *Ciência Hoje*, o Prof. Celso Furtado nos diz que:

... a editora Fundo de Cultura Econômica desempenhou um papel dos mais importantes entre nós. Aqui chegavam os livros traduzidos de Max Weber antes mesmo de serem traduzidos para o inglês e francês, livros de economia de todas as orientações, livros de metodologia da história, livros de autores marxistas, tudo chegava aqui sem ser censurado. Isso porque os censores não tinham muita perspicácia. . . Eu frequentava assiduamente a livraria que representava a Fundo de Cultura no Rio de Janeiro, na antiga Galeria Cruzeiro, e fiz uma bela biblioteca em plena ditadura no Brasil, toda em língua espanhola. (. . .) Havia um grupo de universidade que também lia esses livros e se interessava pelos mesmos problemas sociais. E havia o grupo do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), onde eu trabalhava. Esses sofriam mais a influência de autores norte-americanos. ((1:21)

5. A BUROCRACIA COMO ESTRUTURA DO PODER

Na Alemanha do começo do séc. XX, entre a burguesia culta, que estava, pela estrutura semifeudal do país do imperador Guilherme II, excluída da atividade política, nascia a produção intelectual de Max Weber numa teorização sobre a dominação como o fulcro da Burocracia. A dominação, segundo Motta, "deve ser entendida como um estado de coisas, no qual as ações dos dominados aparecem como se estes houvessem adotado, como seu, o conteúdo da vontade manifesta do dominante." (31:87)

Consequentemente, a dominação como forma de poder, se expressa e funciona através de qualquer sistema administrativo, onde a crescente complexidade das tarefas administrativas e a cada vez maior amplitude de escopo da administração põem em plano superior os que tenham adquirido experiência no trato daquelas tarefas e disponham do controle das informações indispensáveis ao funcionamento da administração. Assim, a necessidade técnica favorece a continuidade dos funcionários, levando ao que Weber chama de "dominação mediante organização." Michels também se reporta a organização como: "... a fonte de onde nasce o domínio dos eleitos sobre seus eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização, diz oligarquia." (30:247) Essa superioridade, termina por conferir ao corpo de funcionários administrativos um caráter mais ou menos estável, onde a conservação das posições se fazem pelo exercício do poder de coação e pela manutenção de um círculo de pessoas potenciais ao exercício da coordenação, caracterizando o exercício da dominação na estrutura dirigida, auxiliado muitas vezes pelo mecanismo de proteção de vantagens.

O aspecto sociologicamente mais relevante para o estudo da dominação é o da sua legitimidade, isto é, "dos princípios em que se apóia a exigência de obediência dos funcionários ao senhor e dos dominados frente a ambos." (31:88) O sociólogo alemão distingue três tipos puros de legitimidade: a racional-legal, aquela dominação que repousa na crença da legalidade da ordem impessoal de onde emanam, as regras, normas e ordens (Burocracia p.p.d. - tipo ideal, mas que em sua pureza, nunca é encontrada na realidade); a tradicional baseada nos princípios naturais e restritos a herança dos antecedentes na instituição e a carismática que é temporária e que constitui numa força revolucionária que derruba a ordem estabelecida e abre novos caminhos de vida, até o momento que é rotinizada. eat: bele-

cendo novamente a ordem num processo circunstancial. (cf.52)

As consequências do fracasso do modelo político-econômico da República Populista no tocante à gerência do Estado, levou o movimento militar de 64 a equacionar o impasse criado, em função da verdade da sociedade capitalista ocidental. A reinterpretação cultural feita pelo novo modelo político, fundamentado na expansão da economia e na premissa de uma racionalidade administrativa, empobreceu profundamente a teorização de Weber no momento que centralizou todo o esforço

no sentido de concentrar a atenção no 'tipo ideal' de organização burocrática, de perceber se as organizações reais se adaptavam a ele ou não. Com isto, perde-se de vista a problemática central, a saber, a dominação burocrática. Assim, a crítica administrativa ao afirmar as fontes de ineficiência da organização burocrática(. . .) na verdade, legitima ideologicamente a burocracia, enquanto poder e dominação que é. Por esta razão, é preciso não perder de vista o que é mais rico na sociologia política de Weber: a teoria da dominação. (31:87)

Na análise dos partidos políticos feita por Robert Michels em seu livro "Les Partis Politiques. Essai sur les tendances oligarchiques de démocraties" (Os Partidos Políticos – Ensaio sobre as tendências oligárquicas das democracias) também é discutido o modo pelo qual nas organizações complexas inevitavelmente se produz um monopólio do poder nas mãos dos altos funcionários, procurando mostrar como os altos escalões de uma estrutura burocrática acabam por distorcer os objetivos das organizações a que servem, para colocá-las a serviço de seus interesses pessoais ou de grupo. Segundo Michels

à medida que a organização se desenvolve, o direito de controle reconhecido à massa torna-se cada vez mais ilusório. Os associados têm de renunciar à pretensão de dirigir ou mesmo supervisionar todos os assuntos administrativos. Eles se vêem obrigados a confiar essa tarefa a pessoas) (. . .) especialmente designadas para tal fim. (. . .) A massa é obrigada a contentar-se com relatórios mais que resumidos ou a recorrer a comissões de controle. Essa metamorfose não decorre nem de convenções especiais, nem de modificações estatutárias (. . .) o chefe toma o hábito de encaminhar a maior parte dos assuntos importantes e a resolver um número cada vez maior de questões (. . .) por sua própria iniciativa, sem pedir conselhos nem solicitar o concurso da massa. É assim que a esfera do controle democrático se retrai progressivamente, para afinal ficar reduzida a um mínimo insignificante. (30:16)

Por estabelecer um sem-número de regras que devem ser rigorosamente seguidas, a estrutura burocrática cria uma incapacidade para a adoção de novas condutas promovendo a inércia na organização, pelo conformismo e conservadorismo da ação frente a uma perspectiva de uma carreira graduada com pensões, reajustes salariais, promoções, etc. Assim, o burocrata assegura a sua estabilidade

e seu conforto pela obediência cega aos regulamentos. Além disso, a multiplicação de tarefas especializadas, cargos e funções implica no aumento do poder burocrático relacionando-se com a própria carreira burocrática em sua mobilidade vertical e horizontal. A rigidez organizacional desta forma se instala pela centralização das decisões que afogam a criatividade na rotina, pelo estímulo de vantagens, dificultando a ação e até mesmo perseguindo dentro do sistema numa coação francamente visível. Limita-se desta forma a ação individual pelas posições na pirâmide organizacional constituindo a burocratização, como poder que sofreu a "institucionalização organizacional", uma ameaça à liberdade individual e às instituições democráticas das sociedades modernas. Assim, os regulamentos, as normas e as regras do jogo nos sistemas não constituem realidades, mas abstrações presentes no espírito daqueles que os concebem.

A lógica da ação burocrática reside portanto, em última instância, num sistema de autoridade, onde as decisões, os objetivos, o espírito e os métodos de funcionamento são previstos e seguidos à risca pelos indivíduos despojando-os do seu poder humano essencial de decidir e de se auto-organizar. Como consequência, a verdade não nasce das bases numa expressão natural, mas apresenta-se manufaturada reduzindo os participantes a instrumentos de execução da eficiência, caracterizando-os em agentes passivos da ordem circunstancial.

6. UNIVERSIDADE: CENTRO DE INTEGRAÇÃO

O retrocesso do pensamento criativo e crítico não ocorreu apenas pela ascensão dos militares ao poder, mas na própria repressão que nasceu no interior da universidade. Antes de 1964, uma enorme luta de gerações, inerente a época, se sucedia na universidade desencadeando uma competição entre "conservadores" e "renovadores" pelos postos universitários. Foi justamente esta luta de interesses que permitiu a aliança de um dos pólos em choque com os militares da repressão castrando o nosso ensino superior. Segundo o Prof. José Giannotti

a aliança dos professores tradicionalistas, que tinham uma concepção ufanista do País, e uma concepção não técnica da investigação, a aliança desses professores com os militares, que temiam um processo de radicalização e de contestação existente na Universidade contra o regime, fez com que os grupos efetivos que estavam trabalhando na Universidade, organizando novas formas de conhecimento e novas formas de ensino, fossem marginalizados. (17:33)

Consequentemente, sofrendo uma reformulação profunda como parte dos convênios entre o MEC e a "United States Agency for International Development" (USAID) através de "uma comissão mista de educadores brasileiros e americanos encarregados de planejar um sistema ideal de ensino superior para o Brasil" (44:1), a nova Universidade, adaptada aos moldes da política econômica desenvolvimentista, baseou-se numa perspectiva empresarial, de racionalidade burocrática. É por isso que esta análise abrangente e profunda da burocracia como forma de direção do pensamento e das ações, visando a manutenção de interesses em detrimento a ordem fundada na causa formal final dos valores da dignidade humana, assume o papel de fulcro de nossa "desorganização nacional" - na aparente organização racional-legal - no momento que toma-se o nosso ensino superior como "tubo de ensaio da sociedade" observando as mesmas características em todas as instituições políticas (cap.2), sociais (cap.1), econômicas, etc.

Num reflexo bi-direcional, a exemplo da estrutura universitária, contribui-se para aumentar a distância entre o intelectual universitário e o administrador, concorrendo para a apatia formal da meditação na medida em que o trabalho da administração aparece como eminentemente insensível as aspirações.

A Universidade se fechou de tal forma num processo de introversão que o próprio recrutamento de novos professores corresponde a um efeito muito peculiar da burocratização: "a multiplicação de pequenos grupos, que se procuram fortalecer na Universidade, através da constituição de um circuito de relações de apoio mútuo." (17:34) O fortalecimento de cada um desses grupelhos pode ser verificado quando torna-se "muito mais interessante para um chefe escolher um assistente, que feche com ele nessa ou naquela outra política, do que realmente em vista de uma programação geral dos trabalhos universitários." (17:34)

Karl Mannheim já nos dizia que "a 'insulação' é natural para os jovens que se congregam, mas quando a juventude deseja o 'isolamento', cortando toda comunicação sadia com os outros grupos etários, isto é sintoma de deterioração social." (26:324) O alijamento da juventude emergente universitária não foi um desejo, mas uma contingência dos diversos fatores que se sucederam, seguindo uma tendência própria da sociedade burocrática brasileira. A desarticulação da criação universitária foi tão desastrosa, que atualmente não sabemos, num

perfil generalizado do estudante brasileiro, avaliar criteriosamente o processo decisório vigente na Universidade e suas relações de poder.

Com o processo intenso de enquadramento e alinhamento da Universidade aos ditames do poder central pela modernização burocrática, o ensino superior perdeu o seu poder relativo no quadro nacional.

A Universidade liberal dos anos 30, que cultivava a idéia de uma autonomia universitária através dos seus próprios impulsos, sofreu um processo de erosão intenso que a descaracterizou de tal forma que as suas funções foram estipuladas por uma política educacional que levou "a cristalização de uma estrutura técnico-burocrática centralizadora, autoritária e de difícil transformação dentro das instituições (Brasileiras), e de um processo de marginalização relativa das (próprias) universidades." (13:24)

A posição complexa da Universidade entre as instituições, leva-nos a esboçar um retrato dos seus traços mais relevantes, procurando estabelecer a articulação atual burocrática da Universidade-Estado-Sociedade e de uma Universidade utópica⁹ que pretenda com sua "institucionalização organizacional" promover o surgimento de atitudes e valores que correspondam às aspirações, as exigências e às realidades de uma sociedade em transformação.

Consideremos dois modelos puros de Universidade em sua significação oposta. Eles poderiam chamar-se, respectivamente, modelo tradicional (sem prejuízo de sua modernização) e modelo crítico (sem prejuízo de sua inexistência).

Seriam ambos caracterizados pelos seguintes traços :

Modelo Tradicional:

1. Separação entre Universidade e sociedade. A Universidade como lugar privilegiado do saber, dos " estudos superiores".
2. A Universidade tende à inércia e à dependência.
3. A Universidade permanece neutra em relação aos problemas sociais e não os discute.
4. A Universidade sanciona, com sua prática, o modo de relação social vigente.
5. A prática científica é fracionada em " especializações" que nada têm em comum. A complexidade do real é fragmentada na visão de disciplinas especializadas.
6. A participação estudantil é restringida.

Modelo Crítico

1. A Universidade tem consciência de si como parte da sociedade e reflete em sua organização as contradições da sociedade.
2. A Universidade tende a ser independente e dinâmica. Inquietação

permanente.

3. A Universidade se coloca diante de problemas sociais concretos e os discute.
4. A Universidade produz uma crítica social e, ao mesmo tempo, uma auto-crítica.
5. A prática científica é integrada (integração curricular e interdisciplinar). Os currículos integrados tentam captar uma realidade complexa.
6. A participação estudantil é estimulada.

O esquema de dois modelos opostos, definido por José Henrique Santos (45:17-8) assume certa flexibilidade quando observamos que a modernização do mundo contemporâneo exige uma certa atualização das instituições. A tendência da Universidade de se libertar do seu isolamento e abrir-se para os problemas nacionais, em decorrência desse processo de evolução, não se efetiva totalmente porque " é mais provável que os elementos críticos que ela parece assumir residam, mais em sua retórica (numa crítica funcionalista do próprio sistema) do que em sua realidade, e desta forma se tornem apenas sublimados. " (45: 18) Apesar da instituição universitária limitar-se a si mesma impondo a autocensura, a ausência de crítica e de espírito criador como um modo de comportamento adaptado às circunstâncias, é nela que estão os elementos que poderão ser recuperados e reestimulados a visualizar a utopia criadora do modelo crítico, visando transformar a realidade conjuntural, segundo o pensamento ideal que ela preconiza.

No momento em que a práxis da sociedade concilia organicamente a percepção difusa do homem surgindo um sistema de dominação que absorve o seu " pseudo-consentimento", estabelece-se a alienação fundamental a que está sujeito o homem contemporâneo, por isso, a crítica institucionalizada na Universidade, desempenha um papel estratégico na vida da comunidade moderna, contrapondo-se a alienação e preparando o advento de uma sociedade mais participativa. Isto torna-se possível no momento que reconhecemos o papel da Universidade no quadro nacional, visualizando-a como uma instituição capaz de contestar a atual ordem institucional em todos os seus níveis através de seu quadro de associados (universitários) que está constantemente se renovando. A emergência destes jovens que estão " relativamente" livres do poder institucionalizado, embeudados de um espírito crítico e criativo, numa mudança radical da opção, representada " pela apresentação dedutiva de um sistema acabado e coerente de teorias" (25:15), estará propiciando o estabelecimento de uma posição contrária a imobilização e a apatia, estimulando (numa universidade que tenda ao modelo crítico) a ampliação do debate sobre os problemas sociais.

Para quebrar a certeza imediata, a identidade e o conformismo à ordem vigente, é necessário aceitar o estudante como o Outro: não apenas como aquele a quem se endereça o discurso magistral, mas como aquele que se opõe criticamente ao discurso. Ele vive a cultura e, na sua impaciência, exige a sua realização, ao contrário do professor, que, ao longo dos anos, acaba por possuí-la apenas como um hábito ou uma fórmula abstrata. A crítica é incompatível com a rotina e somente o que é novo tem força suficiente para abalar a resignação e a repetição de um saber já gasto. (45:20)

A educação com a dimensão apenas de instrução tem preparado para posições de liderança muitos especialistas que, do ponto de vista político e cívico representam "incapacidades bem preparadas". O treino que receberam os converteu em especialistas tecnicamente eficientes, mas destituídos de iniciativa e autogestão. Como agentes burocráticos de decisão encontram no tecnicismo, o conformismo para sua posição conservadora, num eloquente testemunho de envelhecimento de pensamento, à medida que não promovem o método pela educação permanente. Assim, ao se interrelacionarem com o meio social são controlados pela burocratização que atingindo os valores morais e racionais, alteram os comportamentos, as instituições e por fim a própria estrutura do grupo instalando uma patologia social que apresenta uma sintomatologia de comportamentos anômalos como por exemplo, a corrupção, o comércio do voto, o tráfico de drogas, o aumento da violência, a fraude das eleições etc.

Discutindo os problemas nacionais numa inquietação permanente a Universidade através de seus elementos e dentro da articulação Universidade-Estado-Sociedade pode encorajar a participação do povo na vida cultural, aprimorando a consciência crítica da Nação representada pela Opinião Pública, a Imprensa e o Parlamento, cultivando uma produção endógena de ciência e de tecnologia, para comportar-se como centro de irradiação de soluções e não apenas como núcleo reprodutor de um conhecimento já constituído. Com isto, "as novas gerações podem aprender a seriedade do estudo, da discussão e do respeito às opiniões divergentes (pois) na medida em que produz o saber, a Universidade é o lugar próprio da crítica." (45::20)

⁹ Para nós a "Utopia" não representa algo imaginário, futurista e sonhador . . . , mas se inspira numa figuração ideal que não reflete o estado atual positivista, mas que faz presente o futuro real, a partir do presente passível de ser transformado e aprimorado. Por isso mesmo, a utopia influi sobre a ação coletiva no sentido de transformar a realidade social, segundo os padrões ideais que ela inspira.

7. DESPOLITIZAÇÃO?

O comportamento político do brasileiro encontra na sua deficiente cultura política¹⁰ a explicação para as formas irregulares que proliferam no processo de escolha dos dirigentes. As alterações nos mapas de apuração, o voto de defuntos e de cabresto, a distribuição de dinheiro e gêneros alimentícios em troca de votos, representam algumas das variantes da fraude e corrupção eleitoral protegidas muitas vezes pela estrutura burocrática e até mesmo por dispositivos que as legitimam estimulando a impunibilidade, como a "preclusão".¹¹

A necessidade de estimular a vida nacional a descobrir uma consciência política torna-se uma premência no momento que nos deparamos com a imaturidade do nosso eleitorado. Na realidade como já bem dizia Vianna "o povo brasileiro não chegou a formar uma tradição democrática. (. . .) Esta aspiração pela democracia (. . .) é pura criação (. . .) das nossas elites políticas. O nosso povo-massa não se inquieta de democracia - de que nunca teve mesmo uma noção clara." (51 : 163)

Se tomarmos a figura do homem brasileiro observaremos que, "entre a vida que ele vai fazendo e suas qualidades, há um mundo de causas de variação, que se estendem do mais remoto passado até ao momento atual, e sobre o qual se esbatem reflexos e refrações de todas as vidas e de todos os fatos" (49 : 52), que concorreram para estabelecer e reforçar uma espécie de "atavismo histórico" responsável pela deficiência de sua consciência cultural política, dentro dos padrões mais legítimos de análise crítica. Segundo Mannheim, o cidadão sendo "transformado em simples dente na engrenagem da vasta organização (burocrática) social, (. . .) permanece num estado mental que se aproxima da apatia ou da agonia." (2693) A segregação desencadeia um mecanismo de defesa psicológico e sociológico, onde o indivíduo perde "o desejo e as qualificações para viver em comum ou ajustar-se às amplas mudanças sociais" (26 : 115) interessando-lhe apenas a manutenção de sua liberdade civil e individual.

À medida que a máquina burocrática oculta as divergências ideológicas e sociais, forçando o consenso, e privilegiando a eficácia, promove o cerceamento do entusiasmo individual. Para Merle, há despolitização sistemática na medida em que a passividade e a apatia da opinião são oficialmente consideradas preferíveis à expressão espontânea das opiniões (29 : 49-51), preterindo as verdades distintas na condução do sistema, em função dos interesses que têm o maior poder para se impor.

“ Consenso, pragmatismo e flexibilidade de adaptação do lado da maioria dominante, desencorajamento ou prudência do lado das oposições divididas. Com isso, não haveria o risco de se ter uma vida política eficaz - talvez legítima - sem dúvida, mas extraordinariamente plana e maçante, que levasse à despolitização geral dos cidadãos? ” (8:206) Esta situação prejudicial que se desenvolve no seio da sociedade, agravasse no momento que, ao realizarmos uma análise atual do sistema político brasileiro, pressupomos uma politização dos indivíduos que na realidade a tradição histórica brasileira não nos indica, pelo contrário, reitera a idéia de que o cidadão brasileiro nunca se integrou conscientemente à política nacional, seja pelas vicissitudes dos partidos políticos, das constituições brasileiras 12 ou do pensamento dominado pela estrutura de poder burocrática.

A mudança no modelo político numa participação realmente democrática, para que a situação econômico-social seja revertida e a patologia da tradição de um Brasil sem vivência democrática seja eliminada, possibilitando uma verdadeira politização e não apenas um símbolo aparente e mascarado de direção de idéias pré-estabelecidas torna-se possível no momento que forem estabelecidos partidos políticos participantes, como verdadeiros canais de expressão da sociedade brasileira e não simplesmente de elites dirigentes e dirigidas burocraticamente.

Com o encerramento do ciclo duradouro de poder militar, o país viu nascer partidos com “ programas amplos em razão do leque de tendências que neles se acomodam mas que, por isso mesmo, não possuem definição ideológica que permita uma distribuição partidária que se harmonize com as próprias correntes de opinião do mundo moderno. ” (32 :3)

Isto é perfeitamente compreensível quando observamos que os partidos atuais têm como principal característica o fator “ organização ”, isto é, as questões de organização, de estatuto e, inclusive, de disciplina muitas vezes superam em importância as questões de doutrina, pois é da organização do partido que depende o seu “ nível de democracia ”, ordenando fielmente a estrutura de poder desde os núcleos de base.

O controle da “ máquina partidária ” costuma ser objeto de aceras disputas, nas quais as manipulações de grupos de pressão tomam o lugar da livre opção majoritária, concorrendo para institucionalizar o poder burocrático, deixando de exprimir uma corrente de opiniões e se fazendo sentir em interesses convenientes a cúpula partidária. Esta concepção mostra-nos claramente que no sistema vigente e atual de Democracia Representativa, baseada em partidos de representação individual, mesmo num pluripartidarismo, o vício da manipulação desenvolve-se ativamente concorrendo para reforçar a legitimidade de uma dominação burocrática. Como característica de uma sociedade onde a participação é reduzida, o partido de representação individual, acaba limitando a atividade de

seus membros às eleições e a seleção de representantes que, uma vez escolhidos " só são responsáveis, em tudo, perante sua consciência. . . ! "

Para mudar esse quadro aparentemente imutável, faz-se necessário a criação de meios institucionais que interessem os indivíduos a abordarem a ação política e suas consequências. Para estimular esta mobilização individual dentro da coletividade, unificada em torno de uma organização partidária, os próprios partidos devem assumir um papel integrador exigindo uma contribuição permanente dos participantes numa constante reivindicação de ". . . um poder crescente sobre todos os aspectos da vida quotidiana dos indivíduos," (8 : 174) para assim, atender as suas verdadeiras funções como canais de expressão popular.

Os partidos de integração social assumem desta forma, real importância na formação de um sistema político centrípeto e portanto, característico de uma política moderna e estável, ao contrário de um pluripartidarismo com estilo político extremista ou sem moderações, muitas vezes populistas com figuras carismáticas, que refletem tendências centrífugas no universo dos interesses acarretando um processo de radicalização crescente que provoca a instabilidade do sistema. (46 : 138-9)

10

"A Cultura Política é uma das principais variáveis de um sistema político e um fator essencial de explicação do comportamento político dos indivíduos, dos grupos e dos partidos." (8: 47)

11

". . . um candidato só pode ser considerado inelegível na fase de registro da candidatura, e as impugnações por fraude eleitoral apenas são reconhecidas antes da diplomação dos eleitos. Caso contrário, cai-se na preclusão. (. . .) Como as fraudes nem sempre são detetadas imediatamente, os recursos chegam ao TSE quando os candidatos já estão diplomados, (. . .) ou seja, ela dispõe de todas as provas, mas não tem meios de punir os infratores." (34: 4)

12

". . . as Constituições brasileiras do período republicano teriam procurado, através do formalismo, encobrir a real situação do poder numa sociedade em que, reconhecidamente, os grupos e classes sociais vivem em permanente conflito. Na verdade, nenhuma das Constituições já adotadas no Brasil poderia ser considerada original, pois se basearam em modelos europeus e norte-americano, não chegaram a criar instituições políticas novas e nem regularam de forma diferente as que existiam." (9: 8)

8. POR UMA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Iniciada como conceito nas sociedades capitalistas de mercado, a Democracia Liberal, como uma sociedade de mercado capitalista, implicava na liberdade do mais forte para derrubar o mais fraco de acordo com as regras do mercado. Com John Stuart Mill e os liberal-democráticos éticos que o acompanharam em fins do século XIX e inícios do século XX, esboçou-se, paradoxalmente a antiga concepção, o papel da Democracia Liberal como uma sociedade empenhada em garantir que todos os seus membros fossem igualmente livres para concretizar suas capacidades. Realizando uma projeção histórica da posição liberal observaremos que consciente ou inconsciente, " Liberal " tem sido tomado como significando " capitalista", vinculando incomodamente as duas noções de democracia.

Embora do ponto de vista histórico, a posição liberal tenha alinhado-se sobre a égide dos pressupostos capitalistas, o princípio ético central do liberalismo (a liberdade do indivíduo para concretizar suas capacidades humanas) paulatinamente vem se firmando no aparente marasma das forças produtivas, transbordando do invólucro capitalista e mostrando" . . . que a continuidade de alguma coisa que possa adequadamente ser chamada de Democracia Liberal depende de uma diminuição gradual dos pressupostos do mercado e uma ascensão gradual do direito igual de desenvolvimento do indivíduo" (23:10).

A natureza de um sistema que se orienta através do aperfeiçoamento da consciência política dos cidadãos apresenta-se como algo a mais do que se pode esperar em qualquer circunstância social nos moldes atuais. Entretanto, quando extrapolamos os limites do modo convencional pelo qual as pessoas agem, presumindo uma ação política que se instaura e se transforma num estado de mudanças, baseado nas possibilidades contínuas e rápidas de aprimoramento tecnológico e nas relações econômicas da sociedade, observaremos que a plausibilidade de qualquer sistema político depende amplamente de como todas as demais instituições, sociais e econômicas, modelam ou podem modelar as pessoas com quem e pelas quais o sistema político deve operar. O homem como ser social, tem no

conjunto das verdades sociais que correspondem as particularidades do meio em que se desenvolve a força que orienta o seu comportamento. Se é verdade que o homem é um produto social, não é menos verdade que ele pode também, ser um agente de transformação no momento que ao interagir com o mundo social, pode reelaborar os padrões e os valores sociais, como resultado de sua atividade criadora. Assim, além das formas pelas quais as instituições atuam sobre os indivíduos, "é necessário também levar em consideração a influência sobre elas exercida pela consciência que os homens têm da sua própria atividade e pela forma como, movidos por essa consciência" (42: 48), podem ser levados a atuar dentro do estado de constante mutação institucional.

A retomada do discurso bi-unívoco, resgatando-se o interesse do indivíduo pela distribuição e composição das forças do poder, se constitui em princípio basilar para a promoção da integração social uma vez que

. . . a liberdade na sua acepção mais ampla só se afirma na coincidência das vontades individuais e coletivas, (onde) todo regime que a institua ou defenda terá necessariamente a finalidade de estruturar os organismos ordenadores (poderes sociais) de maneira a obstar eventuais oposições (opressões). Essa condição(. . .) só se realiza integralmente por meio da participação dos indivíduos na tarefa e na responsabilidade da ordenação (normalização) das atividades comuns(. . .) A Lei pode ser opressora, bastando que represente imposição de vontade de poder social espúrio. Não o será, porém, se elaborada com a participação direta ou por via representativa dos cidadãos que devem obedecer-lhe aos ditames. (33: 217)

Um exemplo pitoresco do constante estado de reorganização institucional que vivenciamos pode ser identificado no cenário industrial norte-americano, com o fenômeno crescente da participação dos indivíduos na propriedade dos meios de produção, através da aquisição do controle acionário de empresas por seus trabalhadores. De acordo com as estimativas mais recentes, as aquisições por empregados têm aumentado significativamente ao longo da última década nos Estados Unidos como parte do ímpeto de uma legislação de reforma tributária e previdenciária que foi aprovada pelo congresso americano em 1974 e aperfeiçoada posteriormente, beneficiando o direito dos empregados no que se refere à propriedade. Segundo Merkel em seu artigo "O crescimento do capitalismo participativo", "essa legislação oferece alívio tributário para as empresas norte-americanas que, em essência, dão parte ou todo o seu ativo para os empregados através de programas denominados Employee Stock Ownership Plans - ESOPs (. . .) como parte de um programa de auxílio. . ." (28: 64), tendendo a ser mais produtivas do que aquelas que não o fazem, no momento em que colocam nas mãos dos trabalhadores o seu próprio destino.

Na realidade esta função integradora da classe operária no sistema capitalista não deve ser tratada simplesmente sob a égide da "participação nos lucros"

pois, se assimilarmos ingenuamente este pressuposto, estaremos na verdade agravando a exploração e promovendo a auto-alienação. No momento que o homem ao ser levado a participar de uma estrutura definida, limita-se a prestar seu concurso, assumindo as diretrizes outorgadas de pleno consentimento (e até com grande entusiasmo), descaracteriza-se a iniciativa e a liberdade necessárias para concretizar suas capacidades humanas no meio social. Portanto, a participação não pode estar vinculada exclusivamente ao aumento da colaboração dos indivíduos na produção e no desenvolvimento dos pressupostos capitalistas, mas deve antes de mais nada se enquadrar num conjunto autogestionado voltado para uma transformação social, onde a noção comum de política, como gestão reservada a uma casta de políticos, deve ser substituída por um outro sentido da palavra política: a saber, o interesse e a importância da manipulação" . . . em todos os níveis, de todos os 'seus negócios' por todos os homens" (19: 31), num movimento que liberte os homens dos entraves que os impedem de serem igualmente livres para exigir a verdade e encontrar uma correspondência fiel as suas necessidades.

Eliminar o conceito tradicional, institucionalizado pela sociedade brasileira, de que o sistema partidário constitui uma área exclusiva para a concorrência entre elites burocratizadas, significa descentralizar a força orientadora na formulação das questões, propiciando o meio para a fertilização de uma vontade autêntica, antagonica a análise manufaturada e conivente do processo político.

Atualmente, ". . . o povo nem suscita nem decide questões (. . .) os desejos do eleitorado não são o dado decisivo, a escolha do eleitorado não decorre de sua iniciativa, mas está sendo modelada e a modelagem dela é uma parte essencial do processo democrático" (23:93) vigente, portanto, sempre alinhou-se contra a participação democrática e a universidade como expressão concreta da cultura crítica viu-se lograda a apenas transmissora da expressão técnica e sistematizada, e como tal comportando-se apenas como um agente de informação no interior das instituições.

Resgatar o papel da interação complexa da universidade como a "grande formadora e transmissora da cultura brasileira (. . .) concebida como modo geral de vida de toda a sociedade (procurando) descobrir, formular, definir, tornar consciente e, deste modo, nela integrar todo o povo brasileiro" (48: 235-6) significa estabelecer a meta por um sistema de maior participação política à sociedade mais equânime e mais humana que exigimos. O discurso pela diminuição da atual desigualdade social e econômica se desenvolve no "voto" e na "voz" consciente e coerente do indivíduo que descobre a sua importância na mudança da consciência ou da sua inconsciência " do ver-se e agir como essencialmente consumidor, ao ver-se e agir como executor e desfrutador da execução e desenvolvimento de sua capacidade." (23: 102)

Integrar a democracia participativa a nossa vida cotidiana, é romper os laços com a concepção burocrática da democracia como apenas um sistema

de governo, encarando-a como uma qualidade que deve penetrar em toda a vida e atividades da comunidade nacional. Assim, o sistema partidário em competição que na sociedade atual tem de "disfarçar o antagonismo de classes (através da) composição permanente de conciliações ou aparentes conciliações entre as exigências das classes em conflito" (23: 114) num sistema centrípeto estaria livre dessa função, permitindo a existência de partidos autenticamente participantes que operariam no congresso legitimando uma considerável medida de democracia em prol de todo o meio social.

9. A NOVA INSTITUCIONALIZAÇÃO ORGANIZACIONAL

O estudo documentado de nossas realidades políticas e sociais se constitui num valioso repositório de observações dignas de meditação que leva-nos a estabelecer a harmonia e o inter-relacionamento entre as instituições no tempo e no espaço, definindo a ordem formal e atual das nossas instituições.

Reconhecer que "as lacunas e os erros da nossa vida pública são apenas sintomas do mal profundo da nossa desorganização" (49: 53) que funde-se e faz presente em todas as instituições, sob o signo de um "fator de dominação", significa avançar no processo de rompimento das amarras que nos ligam ao sistema burocrático, no momento que compreendemos que o nosso estado rudimentar de critério político, reside na concepção da nossa aparente ordem racional-legal.

Mobilizar a população brasileira completamente alienada da vida política nacional é uma tarefa extremamente difícil, quando entendemos que a subnutrição, a má-educação, o custo de vida, a fome corroe o homem brasileiro absorvendo sua atenção na preocupação da luta pela subsistência, abandonando desinteressadamente o destino da Nação nas mãos de uma minoria burocrática, mais preocupada com seus próprios interesses do que com a promoção do povo que representa.

Assim, recuperar a identidade política e a autonomia da Universidade

para que ela assinala a possibilidade de um reencontro crítico com a realidade brasileira, se constitui a curto prazo o melhor caminho para uma participação crescente da população. A necessidade sempre contínua de um novo contingente de homens livres que queiram "rever a base sobre a qual repousa sua autoridade (. . .) não se cansando de recolocar a eterna questão do último porque de todas as instituições humanas" (30:252) só pode ser formada numa Universidade que promova a autogestão pedagógica. A predisposição à livre investigação, a criatividade e a formação de um espírito crítico alimenta uma nova ordem que organiza a subsistência e o êxito de todos, antagonizando ". . . a miséria do Nordeste causada mais pela injusta organização sócio-econômica e política do que pelo flagelo da seca." (11:19)

A Universidade em sua articulação com os grupos sociais legitima em sua estrutura uma ideologia que permeia o exercício do poder no interior da sociedade. Portanto, no momento que a instituição universitária qualifica a emergência dos sistemas de representação das diferentes formas de expressão, desencadeia uma ação que se abre no cenário político sob a forma diversificada de projetos e alternativas que se expande no âmbito das outras instituições como reflexo de sua posição social e da interação com a sociedade por meio de sua periódica massa egressa.

"A Participação revela o grande amadurecimento da sociedade e de seu poder de reação adequada aos fatos políticos" (2:284) devendo ser estimulada, uma vez que ela não se processa automaticamente nas comunidades burocráticas modernas. "Apesar da compreensível apatia que se observa como característica do povo, nas formas mais amplas de vida comunitária, há sempre interesses latentes à espera de expressão organizada" (21:172), o que nos leva à conclusão de que graus mais elevados de ajustamento pessoal e comunitário correspondem a um grau mais alto de participação social nos grupos ou instituições da comunidade ambiente. (7:165)

Esperar que o operário, o posseiro, o índio, o garimpeiro . . . o agricultor, reencontre a justiça moral e social através da movimentação coletiva (a sua voz nada vale sózinha) significa reafirmar a incapacidade atual da instituição universitária para o trabalho em prol do aprimoramento da sociedade através da produção de soluções para os diferentes problemas sociais. É por isso que ". . . o ponto de partida da criação de uma nova Universidade, que não é diferente da criação de uma nova sociedade no Brasil" (18:24-5) representa um episódio de um movimento novo de organização, na medida que ao promover a crítica, restaura a unidade dos objetivos e a pluralidade das múltiplas vocações individuais. A procura por novas formas de representação que articulem os inúmeros fatores do progresso material e moral da nação, se enquadra na busca de uma sociedade mais democrática, onde os mecanismos institucionais sejam "capazes de garantir a disputa pacífica pelo poder, assegurando uma distribuição de poder mais equitativa en-

tre os diversos grupos sociais e inviabilizando uma forte concentração de poder em apenas um grupo ou pequenos grupos" (42: 79), estimulando o povo brasileiro a se integrar pela iniciativa da participação, tentando transpor os obstáculos que hoje numa ordem circunstancial se antepõem ao seu bem-estar e a sua independência, numa clara privatização dos lucros e generalização das perdas.

Conseqüentemente o sentido de igualdade na Democracia Participativa vai perdendo o sentido abstrato, para aproximá-la da justiça, à medida que assume uma compreensão mais concreta do direito dado a cada um de participar do bem-estar social. A institucionalização organizacional dos princípios de um sistema crítico na Universidade, não modificarão de imediato a atual "Organização Nacional", mas a longo prazo se amalgamaram as demais instituições promovendo a politização necessária a uma crescente participação e integração numa Democracia Participativa, que encontra na força do espírito crítico e criativo a continuação de um caminhar, que se constrói sobre o legado do pensamento humano.

CONCLUSÃO

A perspectiva de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana sugere o encontro de uma organização jurídico-política, baseada nas experiências acumuladas ao longo de nossa história, que se identifique com as peculiaridades inerentes à vida brasileira. As cogitações circunscritas a "Nova República" deverão ser consentâneas com a índole e as necessidades nacionais, para que sejam autenticamente estabelecidas. Não será apenas através de uma instrumentação normativa que conseguiremos institucionalizar um novo modelo político, mas sim com um crescente esclarecimento e interesse daqueles que dirigirão a ação permanente dentro de nossas instituições. A crença numa legitimidade institucional deve necessariamente fluir da participação criadora dos indivíduos para que por meio de um pensamento crítico não se confunda a sua ação individual com a simples aceitação da ordem circunstancial. Por isso, a Universidade deve constituir-se em consciência crítica, aonde deve ser promovido o amadurecimento da elite (dentro de uma verdadeira participação) potencialmente capaz a atuar como agente de transformação e não de insulação conivente. A sua função não deve se esgotar com a simples exposição de conhecimento acumulado num receptáculo passivo de preocupações, mas deve contrariamente revisar as preocupações para que as idéias políticas caminhem num fluxo de dentro para fora de seu "campus", estimulando o debate por uma consciência crítica nacional..

A integração dos indivíduos confere na salutar participação, a identificação responsável e moral, da importância do diálogo aberto entre as gerações, para que se afigure o contínuo, equilibrado e seguro aprimoramento das instituições. Por tais motivos, deve-se abreviar o encontro da mocidade universitária com

o espírito crítico e criativo num processo que estimule a auto-educação ou a auto-gestão pedagógica, para que se assimile o método pela educação permanente a nível individual e a nível de aperfeiçoamento coletivo. Os indivíduos precisam situar-se nas concepções das instituições, para que se alimente" . . . o ideário das construções políticas como extensão vital de si mesmo; encarando, em suma, o desempenho do múnus público, como meio de chegar à realização de suas mais caras aspirações, no seio da comunidade onde florescem". (20:24)

Montesquieu em " Do Espírito das Leis", com rara felicidade, diz palavras que convidam à reflexão: " Não é a nova geração que se degenera ; essa só se perde quando os homens maduros já estão corrompidos" (apud 20:25); esta análise, talvez rude pela sua frieza, mostra a dimensão da nossa desorganização na aparente ordem burocrática racional-legal, que pode ser verificada quando surpreendemos os co-autores das consequências que se arrastam aos nossos dias, apre-goando a excelssitude da experiência democrática.

A história brasileira da composição das forças nos inúmeros governos que nos antecedem, mostram que os homens simplesmente alternam-se no sistema de direção, ora governando, ora opondo-se à conduta oficial, renovando as loas ou as críticas, conforme a conveniência circunstancial, num discurso inútil para o bem-estar coletivo, mas eficiente na dominação do poder. O aspecto sociológico da teoria da dominação weberiana assume desta forma um papel decisivo para a manutenção das correntes do poder, enquanto promove a apatia dos indivíduos, impedindo-as de levantar os erros nas instituições..

Não foi nosso objetivo apresentar com detalhes os mais diferentes aspectos que devem ser levados em consideração no estudo das instituições, mas sim, apresentar uma visão global do processo dinâmico instaurado e a necessidade de aprimorá-lo, para que numa coexistência inseparável, se promova a participação unificada a responsabilidade e aos riscos que a todos afetam, num compromisso dos protagonistas com o aforismo: "as instituições valem, pelo que valem os homens que nelas trabalham".

REFERÊNCIAS BLIOGRÁFICAS

1. ABREU, Alzira A. de. Celso Furtado: entrevista. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, 1 (5):20-3, mar/abr., 1983.
2. ARRUDA. A. **ESG: história de sua doutrina**. São Paulo, GRD/INL/MEC, 1980.
3. ÁVILA, F. B. de, s. j. **Pequena enciclopédia de moral e civismo**. 3ed. Rio de Janeiro, FENAME, 1978. 630 p.
4. CAMARGO, E. J. de Castro. **Estudo de problemas brasileiros** 8ed. São Paulo, Atlas, 1984. 450 p.
5. CAMARGO, S. Militares, geopolítica e segurança nacional. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, 2 (8):20-4, set/out, 1983.
6. CARVALHO, Delgado de. **Organização social e política brasileira**. 5 ed. Rio de Janeiro, Record, 1970.
7. CHAPIN, F. Stuart. Social participation and intelligence. **American Sociological Review**, (4):165, abr., 1939.
8. CHARLOT, Jean. **Os partidos políticos** Brasília, UnB, 1982. 223 p.
9. CONSTITUIÇÕES passadas tentaram encobrir a realidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 dez. 1984, p.4
10. COUTO E SILVA, Golbery do. **Aspectos geopolíticos do Brasil** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1957. 81p.
11. DAPIAZ, O. Seca do nordeste: instrumento de corrupção. **Mundo Jovem** Porto Alegre, (162):19, abr., 1984.

12. D'AGUIAR, H. **A revolução por dentro**. Rio de Janeiro, Artenova, 1976.
13. ANAIS do Seminário sobre o Sistema Universitário e a Sociedade Brasileira realizado em João Pessoa – PB – out 1978. Brasília, CRUB, CNPq, UFPb, 1978. 137 p. (Estudos e debates, 1)
14. FELIZARDO, J.J. Da independência aos nossos dias - partidos políticos brasileiros III. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, (148):10, ago, 1982.
15. FERREIRA, J. **História de Portugal** Porto, Domingos Barreira, 1951. 963 p.
16. FERREIRA, O.L. **História do Brasil** 8 ed. São Paulo, Ática, 1984, 392 p.
17. GIANNOTTI, J. A. Comentários sobre o tema : " A Universidade e a sociedade brasileira atual : participação e alienação" p.33-4. (Estudos e Debates, I)
18. GUARIBA NETTO, U. T. Comentários sobre o tema : " A Universidade e a sociedade brasileira atual: participação e alienação. " p. 24-5. (Estudos e debates, I)
19. GUILLERM, A. & BOURDT, Y. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. 229p.
20. GURGEL, J.A.A. **Segurança e democracia** – um reflexão política sobre a doutrina da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército/ J. Olympio, 1975.
21. HILLMAN, A. **Organização da comunidade e planejamento**. Rio de Janeiro, Agir, 1956.
22. LENT, R. Dr. Haity Moussatché: entrevista. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, 1 (6) :66-7, mai/jun., 1983.
23. MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal** - origens e evolução. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. 118 p.
24. MAIOR, A. S. **História do Brasil** 6 ed. São Paulo, Nacional, 1968. 429 p.
25. MALITZA, M. O ensino da ciência ao alcance de todos. **O Correio da Unesco.**, Rio de Janeiro, (10) :15, out., 1983.

26. MANNHEIM, Karl. **Liberdade, poder a planificação democrática**. São Paulo, Mestre Jou, 1972.
27. MATTOS, Gen. Carlos de Meira. **Brasil - geopolítica e destino** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército/ J. Olympio, 1975. 128 p.
28. MERKEL, James. O crescimento do "capitalismo participativo". **Economic Impact**, Rio de Janeiro, (46):62-5, 1984.
29. MERLE, M. Inventaire des apolitismes en France. In.: Association française de science politique. **Lá Dépolitisation**. Mythe ou réalité? Paris, a. Colin, 1962.
30. MICHELS, R. **O s partidos políticos** São Paulo, Senzala, s/d. 254p.
31. MOTTA, F.C.P. Administração: as formas atuais, suas implicações e tendências. p.83-98. (Estudos e Debates/1)
32. NOBRE, J.F. Partido como instrumento de massa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 jan., 1985., p.3
33. NOGUEIRA FILHO, P. **Autogestão: participação dos trabalhadores na empresa**. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1969. 397 p.
34. NUNES, P. Preclusão, dispositivo da lei que impede a justiça. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 dez. 1984. p.4
35. OLIVA, Waldyr M. Missão da universidade na construção de uma sociedade moderna. **Cadernos de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, 20:51-62, 1980.
36. O NIÓBIO, metal estratégico. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, 1 (1):4 jul/ago, 1982.
37. PETERSEN, A.T. Partidos políticos - em busca de conceituação. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, (160) : 14-5, nov., 1983.
38. PINTO, Aluizio. Análise institucional e planejamento para a sobrevivência. **Rumos do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, (49) 4, set/out, 1984.

39. PRADO, L.C. do **Perspectivas da energia atômica no Brasil**. São Paulo, Edart, 1966. 245 p.
40. "1922-1972 : A longa marcha" **Visão**, São Paulo, 41 (13) : 21, Jul, 1972.
41. RODRIGUES, J.A Florestan Fernandes: entrevista. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, 2 (8) :80-3, set/out, 1983.
42. RODRIGUES, R.J.P; COSTA, L.R.; POMPEO NETO,L.B. **Organização Nacional** Rio de Janeiro, Salamandra, 1985. 103 p.
43. SALGADO, P. **História do Brasil** São Paulo, FTD, 1970. v.II
44. SALOMON, M. A universidade ameaçada, **Jornal do País** - especial 27/set/1984. p.I.
45. SANTOS, J. H. A universidade e a sociedade brasileira atual : participação e alienação. p. 16-20. (Estudos e Debates/1).
46. SARTORI, G. European political parties: the case of polarized pluralism. In.: LAPALOMBARA, J. & WEINER, M. **Political parties and political development**. Princeton (N.J.), Princeton University Press. 1966.
47. TÁVORA, Gen. Juarez. **Organização para o Brasil** Rio de Janeiro, J. Olympio, 1959. 285 p.
48. TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil** 2ed. São Paulo, Nacional Brasília, INL, 1976.
49. TORRES, A. **O problema nacional brasileiro**: introdução a um programa de organização nacional. 3ed. São Paulo, Nacional ; Brasília, INL 1978.
50. VALLE, A. **As novas estruturas políticas brasileiras** 2ed. Rio de Janeiro, Nórdica ; Brasília, INL, 1978.
51. VIANNA, O. **Instituições políticas brasileiras**. 3ed. Rio de Janeiro, Record, 1974. v. II
52. WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México, Fundo de Cultura Econômica, 1974. v. II

BIBLIOGRAFIA

- AGENDA CNPq. Brasília, 5 (33) : 12, set/out, 1983
- BADEP. Banco de desenvolvimento do Paraná. Relatório Anual 1983. Curitiba 16 p.
- BEER, S. H. **Modern british politics**. A study of parties and pressure groups. Londres, Faber & Faber, 1965.
- BRASIL. Realidade e desenvolvimento. 4 et. São Paulo. Sugestões Literárias, 1975. 588 p.
- BRITO, J. G. & MONTEIRO, A. P. **Organização social e política brasileira** Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978. 185 p.
- BYARS, R. Stafford. **Small group theory and political leadership in Brasil: the case of the Castelo Branco regime**. Illinois, University of Illinois, 1969. Thesis (Doctor Philosophy in Political Science)
- CAMPOS, Ê. **Sociologia da burocracia** Rio de Janeiro, Zahar, 1966, 135 p.
- COSTA, M. do Carmo. **O exército e sua contribuição no campo da educação**. Ponta Grossa, UEPG, 1973. 67p. Caderno Universitário nº 3
- DE SÁ, J. N & PATARRA, I Chegar atrasado, um mau hábito nacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 dez. 1984, p.17, 2 cad.
- DISHMAN, R. B. **The state of the union** - commentaries on american democracy. New York, Charles Scribner' s Sons, 1965. 548 p.
- FERRARI, L. B. **Burocratas. & burocracias** São Paulo, Semente, 1981. 120 p.
- FORACCHI, M.M. & MARTINS, J. de Souza. **Sociologia e sociedade** - leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro, LTC, 1984. 365p.

- GALACHE, G. & ANDRÉ, M. **Brasil: processo e integração** Estudos de Problemas Brasileiros. 10 ed. São Paulo, Loyola, 1976. 439 p.
- GANDRA, J. R. A mania brasileira de inventar desculpas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 dez, 1984 p. 17, 2 cad.
- GUARESCHI, P. O que é segurança nacional. **Mundo Jovem** Porto Alegre (148):8-9, ago., 1982.
- HAMERSKI, A. Desapareceram os espíritos críticos? **Mundo Jovem, Porto Alegre**, (132) : 10, nov., 1980.
- KOVACS, L. Brésil: les paradoxes d'une transition **Perspectives internationales**. Ottawa, automne/hiver, 1982-83 0.21-2
- MANUAIS de legislação. Lei de Segurança Nacional. 5 ed. São Paulo, Atlas, 1977. v.6 112 p.
- MATTOS, Gen. Carlos de M. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977, 148 p.
- MELLO, F. A. de Faria. **Desenvolvimento das organizações: uma opção integradora**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- MICHAELE, F. A. S. **Cepa esquecida** - brasileiros ilustres de sangue indígena. Ponta Grossa, Planeta, 1983. 306 p.
- MOISÉS, J. A. O futuro dos partidos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 jan., 1985, p.3
- NADAL, T. de. A educação é crítica por natureza. **Mundo Jovem**, , Porto Alegre, (124) :16-7, mar, 1981.
- NATALI, J. B. Defuntos continuam votando nas eleições brasileiras. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 dez., 1984, p.4
- NEOTTI, A et alii. **Manual de procedimentos para elaboração de trabalhos científicos** Ponta Grossa, UEPG, 1985. 48 p.
- NUNES, J. Momento de investir em P. & D. **Rev. Bras.Tecnol**, Brasília, 14(4) : 35-40, jul/ago, 1983.

PÁTRIA e partidos. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 13 ago 1983. p.4

POLICARPO, L. S. **Educação , universidade e desenvolvimento**. Ponta Grossa, UEPG, 1974, 48p. (Caderno Universitário, 9)

PROGRAMA, Estatuto e Código de Ética. Brasília, Diretório Nacional do PMDB, 1983. (Coleção Alberto Pasqualini v. 26, 117 p .)

RODRIGUES, J. H. A desordem documental no Brasil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 ago., 1980, Suplemento Cultura, 9. p. 16

SIMONSEN, M. H. **Brasil 2001** Rio de Janeiro, APEC, 1969, 327 p.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)** 5 ed Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, 512 p.

VIVEKANANDA, S. O futuro está na universidade. **O Paraná**, Cascavel, 01 jan 1985. p.2

